

A contabilidade da quitanda

Antonio Claudio Sochaczewski

Depois das tentativas do Plano Cruzado e do Plano Bresser de fazer baixar a inflação através do controle de preços e salários (o que os economistas chamam de política de rendas), a população brasileira assiste, certamente sem compreender, a uma violenta guinada na política econômica em direção à mais pura ortodoxia. De repente, o déficit público passa a ser o grande vilão da história, responsável por todas as mazelas do Brasil. Políticos, empresários, economistas, todos são unânimes em apontá-lo como causador da inflação. Classifica-se esta postura de ortodoxa não com sentido pejorativo, mas porque ela está ligada às mais antigas teorizações a respeito do processo inflacionário. Certamente esta visão singela é a de mais fácil compreensão pelo grande público. Se o governo tem um déficit, ele é obrigado a emitir; se emite, a maior quantidade de dinheiro em circulação faz os preços subirem. Tudo está explicado, ninguém mais é responsável pela inflação a não ser o Governo na sua voracidade de gastar mais do que arrecada. Os economistas sabem (e com certeza os empresários também) que as causas da inflação são mais complexas, sendo talvez o fenômeno mais complicado a desafiar a ciência econômica contemporânea. Evidentemente não cabe aqui discutir estes pontos polêmicos. Desejo apenas chamar a atenção para algumas confusões que se estabeleceram a partir do diagnóstico ortodoxo e suas consequências.

Muito bem, suponhamos que a principal causa da inflação seja o déficit público. Nas discussões que vêm sendo travadas nos últimos meses entre economistas, políticos, empresários, trabalhadores, não existe consenso nem a respeito de alguns pontos iniciais que deveriam ser acordados para que a análise possa prosperar. Em primeiro lugar, o tamanho do déficit é desconhecido. Usa-se normalmente a proporção do déficit em relação ao PIB como medida de seu tamanho. A cada mês vemos estimativas variarem de 5%, 7% e até 10% do PIB sem que se conheça exatamente como se chegou a cada valor.

Em segundo lugar propõe-se sua redução a 3% ou 3,5% do PIB como meta a ser atingida. Ninguém se pergunta como se chega a este número, mágico com certeza; por que 7% "é alto" e 3% "é razoável", ninguém sabe, muito menos suas implicações sobre a taxa de inflação. E por último, e não menos importante, o próprio conceito de déficit público é vítima de confusões imensas, misturando-se déficit operacional, nominal, déficit consolidado, necessidade de financiamento, conceito FMI etc. Certamente a grande maioria dos debatedores não entende as sutilezas por trás de cada definição. Por aí pode-se ter uma idéia da trapalhada em que se encontra a discussão.

Recentemente, o Governo tentou clarear a questão mostrando *mensalmente* qual a insuficiência de recursos do Tesouro frente às despesas. A conclusão sistemática destes estudos é que as despesas de pessoal excedem às disponibilidades. Aí estaria o âmago do problema: a folha de pessoal é maior do que os recursos disponíveis, daí o déficit, daí a emissão, daí a inflação. A discussão passa a centrar-se exclusivamente de como se deve reduzir a folha, demitir pessoal, extinguir a URP, congelar salários etc. Os números concretos desta insuficiência são difíceis de serem obtidos, não se tem clara a metodologia adotada, a consistência das séries, mas a imprensa tem revelado aqui e ali indícios destes números. Com eles é possível montar um exemplo bem simples quase na linha da contabilidade dos quitandeiros, que ao final de cada dia apuram "quanto entrou", "quanto saiu" e "quanto ficou".

Suponhamos que no mês de março passado a receita bruta (isto é, total) do Tesouro tenha sido de CZ\$ 195 bilhões e que os principais itens de despesa sejam Pessoal (50 bilhões), Juros da dívida (40 bilhões), Subsídios (28 bilhões), Transferências a Estados e Municípios (20 bilhões) e Outras Despesas (custeio, investimento etc 62 bilhões), totalizando CZ\$ 200 bilhões. O Tesouro tem portanto um déficit de CZ\$ 5 bilhões que será coberto ou por emissão ou por novos títulos de

dívida (OTN). O Governo tem apresentado estes dados introduzindo o conceito de Receita Líquida Disponível e comparando-a com as despesas de Pessoal. A Receita é líquida no sentido de que descontam todos os itens que não Pessoal. E é disponível *exatamente* para pagar Pessoal. É tautológico que o "déficit" se manifesta em uma insuficiência para pagar exatamente as despesas de Pessoal. A conta é simples: Receita Bruta (195) menos Juros (40) menos Subsídios (28) menos Transferências (20) menos Outras Despesas (62) = Receita Líquida Disponível (45). Os gastos de Pessoal superam os recursos. Daí toda a gritaria que os gastos com Pessoal representam 111% da Receita Disponível (50 sobre 45).

O argumento é rigorosamente falacioso, pois é fácil perceber que o resultado foi obtido pela *forma* com que foi montada a conta. De fato, vamos refazer a conta, mas agora definindo disponível como aquele montante necessário para pagar, digamos, os Juros da dívida pública. Receita Bruta (195) menos Pessoal (50) menos Subsídios (28) menos Transferências (20) menos Outras Despesas (62) = Receita Líquida Disponível (35) inferior, de novo em 5 bilhões ao montante a pagar de juros (40). Poderíamos agora alardear que o "responsável" pelo déficit público são os juros da dívida, que o sistema financeiro é o vilão da história, que os gastos com juros representam 114% da receita disponível etc, etc. A mesma conta, evidentemente, pode ser feita escolhendo agora a "vítima", os subsídios e encontraríamos uma disponibilidade de apenas 23 bilhões para a necessidade de pagamento de 28 bilhões. Os vilões, agora, são os empresários. Estarrecedor em sua simplicidade, este é o jogo de contas que tem sido feito na questão do déficit público. Em nome de uma conta armada para resultados pré-selecionados propõe-se a política de redução da folha de pessoal, e o que é pior, silencia-se a respeito dos demais itens que compõem a despesa do Tesouro.

É evidente que se faz necessário ordenar as despesas de pessoal da União, melhorar a qualificação do servidor, acabar com os funcionários fantasmas etc, e

mesmo reduzir a folha. Mas carregar *tudo* o ônus da contenção do déficit em cima do funcionalismo é eticamente injusto, politicamente inviável e, certamente, economicamente irrelevante. O déficit público deve ser atacado *honestamente em todas as frentes*; isto é, pessoal, subsídios, juros da dívida, e incentivos fiscais que nem aparecem na contabilidade pública (pois é receita não arrecadada). A barragem maciça de informações que se tem feito procurando mostrar a folha de pessoal como única responsável pelo déficit, e em última instância pela inflação, parece querer encobrir os outros "cúmplices" deste processo. São escassos, ou mesmo inexistentes, posicionamentos de empresários e banqueiros a favor de uma redução de subsídios, incentivos e juros, com o mesmo vigor que propõem a redução da folha de pessoal.

Apenas um lembrete, para terminar. Estudos do Banco Central mostram que nos últimos 15 anos as despesas de pessoal como proporção do PIB têm-se mantido razoavelmente estáveis (em torno de 7%) ou mesmo cadentes, enquanto que as despesas com subsídio mais que *duplicaram* (como proporção do PIB), o pagamento de juros internos mais que *quintuplicaram*, de juros externos mais que *dobraram*. A perda de receita por incentivos fiscais não está quantificada. Quando se examinam estes números não é difícil perceber o que deve ser feito para que o Governo possa aumentar sua poupança e, conseqüentemente, seu investimento, variável chave para a retomada do crescimento econômico.

A redução do déficit público, na verdade, é uma questão essencialmente política de se definir quem vai pagar a conta. A menos de soluções arbitrárias ou de força não há como resolver o problema senão através do consenso negociado entre todos os participantes do processo, de maneira a repartir os ônus de forma equânime e justa.